

Romper o Cerco: a Rússia de Putin e a Nova Guerra Fria

Vasco Rato

Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL).

Resumo

Este artigo analisa o surgimento de Vladimir Putin como opositor do Ocidente. Liderada por Boris Ieltsin, a traumática transição para o pós-comunismo dos anos 1990 gerou as condições que levaram o Kremlin a desenvolver uma política externa em oposição aos aliados ocidentais. Acreditando estar “cercada” pela NATO e pela União Europeia, Moscovo assumiu uma postura crescentemente assertiva que terminaria com as intervenções militares na Geórgia e na Ucrânia. Esta assertividade russa deu origem a uma “nova guerra fria”. O artigo pretende demonstrar que a competição geopolítica com a Rússia constitui um elemento estrutural da política internacional contemporânea.

Abstract

Breaking the Encirclement: Putin's Russia and the New Cold War

This article purports to trace Vladimir Putin's emergence as an uncompromising adversary of the West. Led by Boris Yeltsin, Russia's traumatic post-communist transition of the 1990s created the conditions for the Kremlin to define a foreign policy in opposition to the Western allies. Believing itself to be encircled as a result of NATO and European Union enlargement, Moscow adopted an increasingly confrontational posture, eventually leading to military interventions in Georgia and Ukraine. In short, Russian assertiveness has provoked a new Cold War. The article traces this process and concludes that geopolitical competition with Russia is now a structural feature of contemporary international politics.

Nos anos mais recentes, em resultado da manifesta degradação do relacionamento entre a Rússia e os países da comunidade euro-atlântica, um número assinalável de jornalistas e académicos abraçou a expressão “nova guerra fria” para caracterizar a conjuntura internacional¹. Imperfeita, e porventura ocultando mais do que revela, a designação aponta, porém, a necessidade de questionar o idealismo que se generalizou após o desmoronamento da União Soviética quanto à possibilidade de se moldar um relacionamento cooperativo e duradouro com a Rússia. A caracterização “nova guerra fria” apresenta uma vantagem adicional: denota uma mudança estrutural na política internacional, marcada pela concorrência entre grandes potências, como, aliás, sublinha a nova “Estratégia de Segurança Nacional” dos Estados Unidos da América². Não obstante estas considerações, outros observadores da cena internacional rejeitam a tese da viragem estrutural, considerando que Vladimir Putin não passa de um autocrata que, oportunisticamente, expande o poderio da Rússia, mesmo que através da força, em cada oportunidade que lhe é concedida³. Como corolário desta leitura, concluem que os problemas de relacionamento entre a Rússia e o Ocidente seriam ultrapassados se o presidente russo abandonasse o palco político.

Se esta segunda abordagem tranquiliza porque reduz a conflitualidade russo-ocidental à permanência de Putin (ou, noutra versão, de Donald Trump) na cadeira presidencial, a primeira perspetiva tem o mérito de sublinhar o carácter permanente e estrutural das tensões. Consideravelmente mais robusta como teoria explicativa do comportamento de Moscovo na cena internacional, a primeira perspetiva é, obviamente, menos cómoda. De qualquer forma, quando se abandona a convicção de que a resolução de problemas complexos passa pela retirada de cena de um personagem político, aumenta a probabilidade de se configurarem políticas externas mais realistas e, por conseguinte, mais eficazes na gestão das divergências. Eis a inegável vantagem do realismo como guia para a ação política.

Mas, se se concluir que a “questão russa” não se resume à permanência de Putin no poder, torna-se imperativo definir uma abordagem de longo prazo capaz de dar resposta aos desafios da política externa russa. Novamente “eleito” presidente da Rússia, em 18 março de 2018, com 76,7 % dos votos, Putin terá, por imperativo constitucional, de abandonar o Kremlin em 2024. É justamente este horizonte de fim de mandato que, nos próximos anos, tornará a política externa russa extremamente perigosa para o mundo euro-americano. Neste momento, o regime russo

1 Entre os melhores trabalhos sobre o tema, ver McFaul (2018), Conradi (2017), Legvold (2016 e 2014), Myers (2012), Lucas (2008) e Baker (2005).

2 O documento, publicado pela Casa Branca em dezembro de 2017, caracteriza a Rússia e a China como “potências revisionistas” (The White House, 2017, p. 25).

3 Ver Cohen (2009, especialmente o capítulo 7), Gessen (2012) e Trenin (2016).

encontra-se numa encruzilhada de difícil resolução: ou se institucionaliza ou Vladimir Putin prolonga o seu poder pessoal (Wood, 2018). Seja como for, independentemente do rumo escolhido, as rivalidades políticas e institucionais tenderão a agudizar-se à medida que o horizonte de 2024 se aproxima. Por isso, as incertezas da política interna farão com que a política externa russa seja crescentemente ameaçadora para os Estados ocidentais.

Este artigo considera que a política externa de Vladimir Putin se pauta pelo confronto com os países ocidentais, tratando-se de um caminho virtualmente impossível de inverter nos tempos mais próximos. Uma análise cuidadosa do posicionamento de Moscovo, particularmente desde o discurso proferido por Putin na Conferência de Segurança de Munique, em 10 de fevereiro de 2007, demonstra que, para os conselheiros do Kremlin, está em curso nada menos do que uma guerra de novo tipo com o mundo euro-atlântico. Para justificar o abandono da orientação pró-ocidental dos “anos Ieltsin”, Moscovo argumenta que foram os países ocidentais que violaram os entendimentos estabelecidos aquando do fim da guerra fria⁴. Perante o “cerco estratégico” que resultou do incumprimento destas garantias, a Rússia, de acordo com esta narrativa, limitou-se a traçar uma política externa defensiva. Independentemente da avaliação que possamos fazer quanto a esta linha de argumentação, há uma verdade inequívoca: as ações de Moscovo ao longo dos anos mais recentes – na Moldávia, na Geórgia, na Ucrânia ou na Síria – desfizeram dúvidas quanto à postura bélica assumida pelo presidente Putin. Este artigo apresenta as razões que levaram Vladimir Putin a entrar em confronto com a União Europeia e os Estados Unidos da América.

O Ocidente, o “Outro” da Rússia

No último dia de 1999, Boris Ieltsin, numa inesperada comunicação televisiva, anunciou o abandono imediato do cargo presidencial que detinha desde 1990⁵. Seis meses antes de terminar o seu segundo e último mandato, e encerrando a luta surda pela sucessão a decorrer nos bastidores do Kremlin, Ieltsin transmitia ao país que seria substituído pelo primeiro-ministro Vladimir Putin, um *siloviki* desconhecido, empossado na chefia do governo quatro meses antes, em agosto de 1999. Justificando a sua resignação, Ieltsin, visivelmente envelhecido e fisicamente débil, pedia aos seus concidadãos “perdão por ter frustrado as esperanças daqueles que acreditaram em mim quando disse que saltaríamos do cinzento e estagnado passado totalitário para um futuro luminoso, próspero e civilizado” (Ieltsin, 1999). As palavras de contrição do arquiteto da transição para o pós-comunismo eram uma resposta à

4 Um interessante resumo desta perspectiva pode ser encontrado em Lukin (2014).

5 Sobre a vida e os anos de poder de Boris Ieltsin ver Morrison (1991), Aron (2000), Ellison (2006) e Colton (2008).

profunda desilusão da população com o fracasso da elite dirigente que desmantelara a União Soviética.

A amargura de Ieltsin consubstanciava uma inegável tragédia pessoal, mas, e seguramente mais importante, traduzia a tragédia coletiva resultante do falhanço de uma elite política claramente à deriva. Tal desorientação quanto ao futuro rumo do país residia, em larga medida, nas tremendas exigências e contradições impostas pela tripla transição iniciada com o desmoronamento da União Soviética. Essa multifacetada transição incluía a passagem de uma economia planificada para um mercado primitivo, do império soviético para a Federação Russa e a substituição de uma ideologia totalitária por um pluralismo político repleto de incerteza⁶. Atendendo à complexidade e à natureza genuinamente revolucionária das mudanças verificadas durante os “anos Ieltsin”, as indefinições da elite pós-comunista no âmbito da política externa não eram particularmente surpreendentes. Verdadeiramente inesperada fora a orientação pró-ocidental que Ieltsin imprimiu à sua política externa, uma opção que colidia com grande parte da herança imperial e soviética (Larrabee, 1997). Contudo, considerando que a transição traçada por Ieltsin dependia do apoio material e político dos Estados ocidentais, era-lhe impossível delinear uma política exterior assente no confronto. Com a ascensão de Putin à presidência, e por razões múltiplas, muitos desses constrangimentos desapareceram.

Sem dúvida, a escolha de Vladimir Putin para chefiar o Estado russo refletia a fragilidade política de Boris Ieltsin. Bombástico, imprevisível, crescentemente impopular e incapaz de inverter a erosão da sua base de apoio, Ieltsin abdica da presidência em troca da imunidade criminal para si e para a sua “família”, a vasta rede de colaboradores implicados em numerosos casos de corrupção (Rutland, 2013). Ao sair de cena em circunstâncias tão indecorosas, o homem que deu um contributo ímpar para desmantelar a União Soviética, e que simbolizou a ambição férrea de democratizar a Rússia, encerrou a possibilidade de se protelar a aproximação ao Ocidente que prosseguira em anos anteriores. Se é verdade que Ieltsin saía do Kremlin pessoalmente desprestigiado, era igualmente verdade que os “anos de chumbo” que antecederam a sua demissão desacreditaram os “democratas” – personagens como Yegor Gaidar, Anatoly Chubais, Boris Nemtsov e Grigorii Yavlinsky – que se batiam pela consolidação de um modelo pluralista para o país⁷. Em suma, o afastamento de Ieltsin significava o fim do projeto democrático, pró-ocidental que, durante anos, o presidente russo, independentemente das suas limitações e contradições, encarnara. Como corolário, a orientação cooperativa seguida por

6 Sobre a complexidade da transição russa ver Ostrovsky (2015), McFaul (2001) e Remnick (1993).

7 Sobre o papel dos liberais no processo de reforma conduzido por Boris Ieltsin ver Desai (2005) e Hellman (1998). Sobre as dificuldades da transição para o mercado ver Przeworski (1991).

Ieltsin relativamente à comunidade euro-atlântica poderia ser invertida, abrindo-se a possibilidade de um regresso às linhas mestras de uma política externa de confronto em vigor antes de 1991 (Kotkin, 2016).

Hoje, como no passado, a hostilidade das elites russas em relação ao Ocidente permeia a cultura estratégica do país, sendo particularmente robusta nas instituições do *deep state*, incluindo os serviços de informação e segurança (*siloviki*), uma das principais fontes de recrutamento do pessoal político do presidente Putin⁸. Dado que, ao longo de décadas, as elites russas manifestaram um fortíssimo antagonismo relativamente à comunidade euro-atlântica, a postura hoje assumida face à União Europeia e aos Estados Unidos confunde-se com o interminável debate sobre a identidade da própria Rússia. Com efeito, e tal como no passado, o debate no seio das elites sobre o Ocidente alimenta a discussão paralela em volta da identidade e das ambições internacionais da Federação Russa.

Assente num antiocidentalismo crescentemente assertivo, o “putinismo” traduz uma visão neoimperial da Rússia enraizada na herança político-intelectual czarista (Laqueur, 2015; Applebaum, 2013). A este propósito, convém sublinhar que, ao longo de séculos, a Rússia, nas suas várias configurações territoriais e políticas, permaneceu afastada do *heartland* europeu, ou seja, manteve-se (nem sempre voluntariamente) na periferia da geopolítica continental. Essa marginalização reforçava a convicção das elites de que a Rússia era uma entidade “não-ocidental”, um país essencialmente de cariz “asiático” (Bilington, 1996). Todavia, no século XVIII, convencido que a prosperidade futura do império exigia a adesão à modernidade Iluminista a decorrer no oeste europeu, Pedro “o Grande” impulsiona a “abertura de uma janela para a Europa” (d’Encausse, 2000, pp. 160-165). Esta preferência estratégica de Pedro “o Grande” fora partilhada por Catarina “a Grande”, que, na sua “instrução” à comissão legislativa, descreve a Rússia como “um Estado ocidental”⁹. Para estes dois autocratas, a transformação da Rússia numa grande potência passava, forçosamente, por emular o modelo ocidental assente no “progresso” e na promoção de dinâmicas de modernização. Nunca inteiramente incontroverso, o projeto de modernização “de cima para baixo” dos autocratas enfrentou resistências consideráveis.

Para as elites modernizadoras da época, “a identidade asiática” da Rússia era sinónimo de atraso, estagnação e imobilismo. E porque uma “identidade ocidental” era equivalente à “mudança” e ao “progresso”, a modernização (a bom rigor, a ocidentalização) era tida como não compaginável com a “identidade asiática” do país¹⁰. Se tal leitura fora hegemónica durante os reinos de Pedro “o Grande” e Catarina “a

8 Sobre o *entourage* de Putin ver Zygar (2016).

9 Ver *The Instructions of Catherine II to the Legislative Commission*, capítulo 1, ponto 6.

10 Sobre esta questão ver Sarkisyanz (1954) e van der Oye (2010).

Grande”, no século XIX as elites questionam a necessidade de ultrapassar o atraso, a estagnação e o imobilismo associados à “identidade asiática” (Hartley, 2011, pp. 369-385). Anteriormente visto como um entrave ao surgimento da Rússia como grande potência, o “caráter asiático” do país, na medida em que coincidia com os valores estruturantes da autocracia czarista, passou a beneficiar de uma conotação positiva. Para todos os efeitos, a designação “asiática” tornou-se sinónimo de “estabilidade” e “hierarquia”, pilares fundamentais que sustentavam a legitimidade do Estado imperial czarista. Concomitantemente, o termo “ocidental” passou a denotar forças sociais que visavam provocar mudanças perturbadoras da ordem vigente, ou seja, forças empenhadas em derrubar o *status quo* imperial. Esta viragem paradigmática será protagonizada pelo Czar Nicolau I, que, assumindo o poder através do golpe de dezembro de 1825, se opõe à importação de influências estrangeiras suscetíveis de corroerem os alicerces do império. Uma sociedade não-europeia assente na autocracia, na ortodoxia religiosa e no nacionalismo (*narodnost*), a Rússia imperial virava, assim, costas à modernidade e ao Ocidente.

O “golpe de estado” de 1917 que trouxe Vladimir Lenine e a facção bolchevique por ele chefiada ao poder colocaria, novamente, a questão da relação apropriada a estabelecer entre a Rússia e o Ocidente¹¹. Se, por um lado, a revolução preconizada pelo novo regime previa a transformação socioeconómica da sociedade russa de acordo com um modelo de “modernização ocidental” acelerada, o modelo político totalitário instituído por Lenine representava uma rejeição inequívoca do liberalismo e do pluralismo ocidentais. Não seria propriamente um caso de “despotismo oriental”, mas seguramente o bolchevismo no poder pouco se aproximava dos regimes ocidentais. Verificava-se, pois, uma tensão entre a aceitação da modernização ocidental e a rejeição dos valores políticos a ela subjacente. Em moldes ligeiramente diferentes, e como não poderia deixar de ser, esta mesma tensão atravessava a política externa soviética.

No célebre artigo “*The Sources of Soviet Conduct*”, publicado em 1947, George F. Kennan, sublinhando essa tensão, argumentava que o comportamento externo da União Soviética resultava da confluência entre o marxismo-leninismo da elite bolchevique e a “circunstância” do país, isto é, a herança expansionista do império russo (Kennan, 1947). As linhas mestras da política externa soviética pautavam-se por um grau elevado de previsibilidade dado que espelhavam o expansionismo czarista, reforçado pelo messianismo marxista-leninista e pelo internacionalismo proletário. Por outras palavras, na perspetiva do diplomata americano, o vigor messiânico do partido de Lenine acrescentava robustez à tradição imperial russa, assim transformando a União Soviética numa potência revisionista temível. Com

11 Relativamente à experiência totalitária soviética ver Malia (1994) e Figes (1997).

efeito, Kennan defendia que era necessário travar o impulso expansionista do país através da “contenção”, assim obrigando a clique comunista a reconhecer a falência da sua ideologia como instrumento interpretativo da realidade. Confrontados com uma ideologia desadequada à realidade, os dirigentes soviéticos ver-se-iam forçados a abandonar a sua visão do mundo.

Atendendo às ambiguidades históricas quanto à identidade da Rússia, não surpreende que a hostilidade das elites bolcheviques relativamente às “sociedades burguesas” refletisse o repúdio pelo Ocidente prevalecente durante a última fase do czarismo. Dito de forma diferente, à semelhança das elites imperiais mais reacionárias, os dirigentes soviéticos denunciavam a “decadência moral e espiritual” que afirmavam ser a essência das sociedades ocidentais¹². Destinadas, segundo o materialismo histórico, a sucumbir perante a luta de classes que inexoravelmente desaguaria na construção do socialismo, as sociedades capitalistas, espiritualmente esvaziadas, produziam homens e mulheres incapazes de realizar a sua humanidade plena, e, por isso, refugiavam-se nos excessos do consumismo. Esta crítica soviética à alienação omnipresente nas sociedades ocidentais era, também, uma condenação de natureza moral e espiritual, em linha com a tradição antiocidental que marcara (e ainda hoje marca) a intelectualidade russa ao longo de séculos.

A rejeição do materialismo ocidental não se restringia aos “engenheiros das almas” do autocrata georgiano, empenhado na construção do “homem soviético”. Surpreendentemente, dissidentes condenados à monstruosidade do *gulag* partilhavam esta leitura quanto ao vazio espiritual existente no mundo euro-atlântico. Talvez ninguém melhor do que Alexander Solzhenitsyn expressou essa aversão quando, num discurso proferido na Universidade de Harvard, em junho de 1978, afirmou que a vida espiritual no Ocidente era “sufocada por interesses comerciais. Esta é a verdadeira crise. A divisão do mundo é menos terrível do que a similar doença que afeta as suas principais secções”¹³. Com efeito, as divisões que separavam os rivais da guerra fria eram menos relevantes do que a crise espiritual comum aos dois países. As implicações políticas da posição de Solzhenitsyn eram cristalinas: o poder soviético não poderia ser simplesmente substituído pela democracia liberal porque uma mera alteração de regime era insuficiente para recuperar os valores e as tradições indispensáveis ao ressurgimento da Rússia.

Em maio de 1994, Solzhenitsyn abandona o seu exílio em Vermont e regressa à Rússia para ser recebido como um herói da resistência ao totalitarismo soviético (Sha-

12 Este tipo de narrativa dominou a produção artística soviética. Sobre a forma como o Ocidente era apresentado no cinema soviético ver Dobrynin (2009).

13 Este discurso intitulado “*The Exhausted West*”, foi reproduzido na Harvard Magazine, de julho/agosto de 1978. Outros trabalhos de Alexander Solzhenitsyn que abordam esta mesma temática são “*The Mortal Danger*” de 1980, “*Warning to the West*” de 1976 e “*From Under the Rubble*” de 1975.

piro, 1994). Execrado pelos defensores do anterior regime, o escritor rapidamente se incompatibiliza com os democratas devido às violentíssimas críticas que tece à atuação de Boris Ieltsin (Williams, 1998). A mensagem tradicionalista de Solzhenitsyn destoava da orientação ocidental de Ieltsin, mas encontra eco junto de vários grupos oposicionistas. No seguimento imediato do desmantelamento da União Soviética, o tradicionalismo russo restringia-se a grupos extremistas tais como o reconstituído Partido Comunista de Gennadi Zyuganov e o ultranacionalista e xenófobo Partido Liberal Democrata de Vladimir Zhirinovsky. Contudo, ao longo dos dois mandatos presidenciais de Ieltsin, o tradicionalismo, nas suas várias manifestações, ganha terreno à medida que as “reformas democráticas” perdem apoio popular. A título exemplificativo, verificamos que, na primeira volta das eleições presidenciais de 1996, Ieltsin obtém 35,8% dos votos contra os 32,5% de Zyuganov. É certo que o presidente vence a segunda volta com 54,4%, mas, na medida em que invoca valores ocidentais para justificar o seu poder, o fracasso político de Ieltsin abre caminho à rejeição desses mesmos valores e à emergência do tradicionalismo como fonte alternativa de legitimidade política¹⁴. É justamente neste contexto que Putin herda a presidência da Rússia.

Putin jamais abraçou uma ideologia coerente, mas, particularmente desde 2007, tem dado voz a uma visão do mundo assente num indisfarçável “anti-ocidentalismo filosófico”, num rígido tradicionalismo adverso aos comportamentos e costumes que, nos últimos anos, alastraram pelo mundo euro-atlântico. Putin acusa os países ocidentais de “rejeitarem as (suas) raízes, incluindo os valores cristãos que constituem a base da civilização. Negam princípios morais e todas as identidades tradicionais: nacional, cultural, religiosa e até sexual” (Putin, 2013). Defensor dos valores nacionais enraizados na nação profunda, Putin exclui o alargamento dos direitos das minorias, particularmente os direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgénero). Este repúdio do pluralismo e da liberdade individual existente nas democracias ocidentais contrasta com a promoção de valores tradicionais, dos direitos coletivos e da defesa da ortodoxia cristã¹⁵. Não admira, pois, que esta visão ultraconservadora de Putin o tenha transformado num ídolo dos populistas europeus, que veem no autocrata russo um precioso aliado no combate pela preservação dos “genuínos” valores europeus e pelo ressurgimento da “verdadeira Europa” contra o cosmopolitismo das elites globalizadas que “abandonaram” as suas populações¹⁶.

Mais recentemente, a linguagem política de Vladimir Putin começou a espelhar os “conceitos” empregues por Alexander Gelyevich Dugin e outros expoentes do

14 Sobre as eleições presidenciais de 1996 ver McFaul (1997).

15 Sobre este ponto ver Eltchaninof (2017, particularmente o capítulo 4).

16 Sobre este ponto ver Shekhovtsov (2017, particularmente o capítulo 1).

“euroasianismo”¹⁷. Não podendo ser considerada a “ideologia oficial” do regime, o “euroasianismo”, cujas origens remontam aos anos que seguiram à revolução bolchevique, exerce ampla influência junto da sociedade e das elites russas. Publicado em 1920, o estudo *“Europa e Humanidade”*, de Nikolai Trubetskoy, aristocrata exiliado depois da chegada dos bolcheviques ao poder, constitui uma referência basilar para Dugin e seus seguidores. Trubetskoy argumenta que noções que se pretendem universais – tais como “humanidade”, “civilização” e “progresso” – são, na realidade, construções europeias (a bom rigor, alemãs) que visam “ludibriar” os eslavos a aceitarem o cosmopolitismo (Riasanovsky, 1964; Glebov, 2015). Com efeito, o ponto de partida do “euroasianismo” reside na rejeição do universalismo europeu, entendido como um instrumento de “colonização conceptual” do mundo eslavo de forma a obliterar a especificidade da sua identidade e cultura. Por esta razão, na ótica de Trubetskoy, a Europa liberal representava uma ameaça mortal não apenas à Rússia como, também, à humanidade no seu todo (Perkins, 2004, p. 296). Eis a condenação, *avant la lettre*, dos efeitos homogenéticos da globalização. Evidentemente, a realidade alterou-se desde a década de 1920, pelo que a “ameaça europeia” foi substituída pela “ameaça atlântida” (*sic*), o termo utilizado por Dugin para designar a Europa e os Estados Unidos da América. Se, nas primeiras décadas do século XX, a Europa representava a falange do cosmopolitismo, no pós-segunda guerra mundial a liderança desse projeto seria assumida pelos Estados Unidos. Na conjuntura atual, o projeto de colonização avança através da globalização, entendida como o meio privilegiado da expansão dos valores e da cultura ocidentais, e da sua lógica de homogeneização, para os quatro cantos do mundo. É, pois, em nome da autodeterminação dos povos – e não apenas do povo russo – que Putin prossegue uma política externa que visa romper com os constrangimentos da hegemonia ocidental e, ao mesmo tempo, preservar a influência de Moscovo no “estrangeiro próximo”.

Para todos os efeitos, Alexander Dugin ambiciona construir uma leitura alternativa da história russa que possa ultrapassar a conhecida dicotomia “asiático/ocidental”. Entendida pelos seguidores de Dugin como uma sociedade híbrida que sintetiza elementos asiáticos e europeus, a Rússia não pode ser reduzida a uma dessas dimensões. As suas duas dimensões são, na realidade, complementares. A Rússia euroasiática é, pois, uma entidade única, uma civilização que se desenvolveu à parte e, por conseguinte, prossegue um “destino nacional” autónomo¹⁸. Visto assim, o século e meio de domínio Mongol (Tártaro) deixa de ser interpretado com um momento de subjugação eslava, e passa a ser entendido com uma época de vitalidade cultural

17 Sobre este conceito ver Dugin (2015, 2014). Para uma avaliação crítica do pensamento de Dugin ver Laruelle (2012).

18 O tema é abordado em Dugin (2018).

que permitiu que a Rússia desenvolvesse um destino autónomo fora do espaço europeu. Este destino próprio, a ser cumprido, exige a preservação de valores tradicionais claramente distinguíveis dos valores europeus ou dos valores asiáticos.

Existe, pois, um mundo russo (*mir russkiy*) que não coincide inteiramente com as fronteiras da Federação Russa, um Estado multinacional que abriga uma panóplia de povos, religiões, tradições e culturas. Sendo assim, torna-se possível reinterpretar a experiência soviética como uma tentativa de congregar os povos dentro de uma entidade política pós-nacional. Essa experiência concreta falhou, mas o projeto não deixava de ser válido. Na medida em que afirma existir um destino histórico comum aos povos russo e da Ásia Central, conjugado com o repúdio que faz da Europa e do Ocidente, o “euroasianismo” incute coerência à política externa de Putin. E dado que os modelos políticos ocidentais são incompatíveis com a “essência” deste espaço cultural-civilizacional, a expressão política do destino comum do espaço euroasiático, logicamente, reside na reconstituição de um novo império (naturalmente diferente dos impérios czarista e soviético) dominado por Moscovo. Eis a visão que leva Putin a confrontar o mundo euro-atlântico.

Multicultural, multiétnico, multirreligioso e construído ao longo de um milénio, o Estado russo representa, na caracterização do filósofo Konstantin Leontyev, um “Estado-civilização” assente e reforçado pelo povo russo, a língua e cultura russas, a igreja ortodoxa e as restantes religiões tradicionais do país (Eltchaninof, 2017, p. 71). Este “Estado-civilização”, por sua vez, molda a política interna e externa, procurando flexibilidade de forma a conciliar a especificidade étnica e religiosa dos territórios que integram o Estado¹⁹. Porém, para garantir a unidade nacional num Estado sujeito às inevitáveis pressões centrífugas inerentes a uma entidade multicultural e multiétnica, torna-se absolutamente imperativo construir (no sentido andersoniano) uma identidade partilhada assente em valores comuns, no patriotismo e na solidariedade. Não é, pois, por mero acaso que Putin atribui uma importância incomensurável à “narrativa” da “Grande Guerra Patriótica”, e à necessidade de combater o “regresso do fascismo” na Ucrânia. É justamente essa guerra patriótica que configura o elo de continuidade entre o czarismo e o Estado russo contemporâneo, e que legitima o idealismo que impulsionou o projeto soviético.

É esta natureza do Estado – simultaneamente, frágil e robusto – que obriga a que a Federação Russa se empenhe num processo de integração regional com a sua vizinhança. Se, em tempos, a integração for prosseguida por via imperial, tanto na sua versão czarista como na sua versão soviética, nos tempos que correm a integração terá de proceder através da União Económica Eurasiática²⁰. Muitíssimo mais do que

19 Para uma discussão sobre estas questões ver Tsygankov (2016).

20 Sobre a União Euroasiática ver Blockmans, Kostanyan e Vorobiov (2012), Liik (2014) e Vymyatina e Antonova (2014).

um projeto económico-comercial, a União Euroasiática visa manter a identidade histórica das nações numa região afugentada pela globalização e pelas exigências da concorrência entre grandes blocos. A integração eurasiática oferece, portanto, uma oportunidade para gerar um polo de poder internacional alternativo capaz de traçar o seu próprio destino. Caso contrário, o espaço pós-soviético permanecerá nas margens, na periferia da Europa e da Ásia. Trata-se, é certo, de assumir o fardo de construir um império russocêntrico de novo tipo, mas as vicissitudes da história e da geopolítica excluem outros caminhos.

A Ascensão do Autocrata

Indicado por Boris Ieltsin para a chefia do Estado, Vladimir Putin teria, no entanto, de vencer as eleições presidenciais agendadas para 26 de março de 2000, o que não era óbvio que viesse a acontecer. Já antes de se consumar a nomeação de Putin como primeiro-ministro (em agosto de 1999), os adversários de Ieltsin manobravam no sentido de inviabilizarem a designação de Putin para um cargo que lhe conferia vantagens consideráveis numa futura disputa pela cadeira presidencial. Alguns desses adversários, incluindo o presidente da câmara de Moscovo, Yuri Luzhkov, e o antigo primeiro-ministro Yevgeny Primakov, convencidos que as eleições seriam realizadas em junho de 2000, já se encontravam no terreno em campanha eleitoral quando Ieltsin anuncia a sua resignação e a antecipação das eleições. Todavia, os três meses que decorreram entre a indicação de Putin como presidente em exercício e as eleições de março permitiram que Putin se afirmasse politicamente (Wines, 2000; Hoffman, 2000). Apresentando-se aos eleitores como um defensor da “lei e da ordem”, prometeu pôr fim ao clima de ilegalidade e impunidade que alastrara pelo país. Se é verdade que a intenção de fazer respeitar a “lei e a ordem” encontrava eco numa sociedade fustigada pela privação económica e a instabilidade sociopolítica, é igualmente verdade que as declarações de Vladimir Putin evidenciavam um nítido impulso autoritário que, com a passagem dos anos, se manifestou de forma cristalina.

É, sobretudo, a postura implacável de Putin relativamente à rebelião chechena que lhe permite consolidar uma imagem de “líder forte” determinado a inverter a desordem dos “anos Ieltsin”²¹. A questão chechena constituía uma ferida aberta que contribuiu para minar a presidência de Ieltsin. O conflito armado subsequentemente conhecido como a “primeira guerra da Chechénia” irrompeu a 11 de dezembro de 1994, sendo certo que as suas raízes remontam a agosto de 1990²². Nessa altura, derrotada a tentativa de golpe de Estado promovida pela velha guarda comunista que visava remover Mikhail Gorbachev do poder, Ieltsin, que dera uma

21 Sobre este ponto ver Politkovskaya (2001).

22 Sobre as guerras na Chechénia ver Lieven (1999) e Politkovskaya (2007).

contribuição decisiva para esmagar os golpistas, apelou aos líderes das regiões para obterem o “máximo de soberania” que conseguissem, assim esvaziando o centralismo do Estado soviético (Zverev, 1998, p. 122). Este conselho de Ieltsin será seguido com entusiasmo na Chechénia por Dzhokar Dudyaev, um antigo general da Força Aérea Soviética que assume o poder após as eleições locais de outubro de 1991. Logo a 1 de novembro do mesmo ano, Dudyaev emite um decreto a declarar a soberania da república chechena, no seguimento do qual irrompe a guerra civil entre as forças de Dudyaev e os partidários de Uma Avturkhanov, um aliado de Ieltsin. No início de agosto de 1994, Avturkhanov, crescentemente marginalizado, solicita apoio militar ao presidente da Federação Russa. O apelo será acolhido a 30 de novembro, quando Boris Ieltsin assina um decreto no sentido de restaurar a “lei e a ordem” na Chechénia, assim justificando, em 11 de dezembro, a entrada de tropas federais no território rebelde.

Claramente incapaz de restabelecer a ordem na Chechénia, o contingente russo transforma-se numa das partes de uma guerra civil particularmente bárbara. Psicologicamente debilitadas e materialmente deficitárias, as forças federais afundaram-se no “Vietname da Rússia”, de onde acabariam por se retirar em 1996, profundamente humilhadas pela guerrilha separatista que obriga o governo central a firmar um acordo de cessar-fogo. Mas a rebelião no norte do Cáucaso alastra para o Daguestão. Mais importante, vários ataques bombistas, alegadamente perpetrados por terroristas chechenos, ocorreram em Moscovo e Volgodonsk. No dia 4 de setembro de 1999, uma bomba vitimou mais de sessenta pessoas, o primeiro de vários atentados que totalizaram mais de trezentas mortes civis. Invocando estes ataques e a desordem generalizada vivida no Cáucaso, Putin compromete-se a destruir os grupos terroristas responsáveis pela violência²³. Pouco depois, ordena o regresso de forças militares federais ao terreno, iniciando assim uma campanha de destruição simbolizada pelo arrasamento de Grozni, cidade rapidamente reduzida a escombros. Oficialmente, a “segunda guerra da Chechénia” tinha como objetivo repor a soberania de Moscovo em todo o território da Federação Russa, condição prévia para afirmar o país na cena mundial (Snetkov, 2015, p. 53). Na prática, a forma implacável como Putin conduz a guerra nas semanas que antecedem a eleição presidencial fez dele o mais conhecido e popular político do país. Seria a primeira de várias guerras que, certamente por mera coincidência, irrompiam antes de o eleitorado russo ser chamado às urnas.

Assumindo a presidência, em 7 de maio de 2000, Vladimir Putin opera uma transformação na *praxis* política interna, paulatinamente substituindo a transição para a

23 A posição de Putin relativamente ao conflito na Chechénia foi explicitada através de uma coluna de opinião publicada em 14 de novembro de 1999 no jornal The New York Times, intitulada “Why We Must Act”.

economia de mercado por um modelo desenvolvimentista de Estado²⁴. À medida que concentra o poder no governo central em detrimento das regiões, e que traça medidas de estabilização económica, Putin vê-se na necessidade de colocar as empresas estratégicas na alçada do Estado, processo que culmina, em outubro de 2003, com a prisão de Mikhail Khodorkovsky, CEO da empresa petrolífera Yukos²⁵. Ao assumir o controlo da Yukos, a mais internacionalizada das grandes empresas russas, Putin sinaliza, de forma inequívoca, que os recursos estratégicos do país deixarão de ser geridos de acordo com critérios meramente empresariais, para passarem a ser encarados como instrumentos de vantagem geoestratégica. O racional desta perspetiva, que Putin havia defendido na sua tese de doutoramento na Universidade Estadual de São Petersburgo, ficou patente na Europa Central, em particular durante a “crise do gás” de 2005, quando Moscovo utiliza o fornecimento de energia para coagir politicamente o governo ucraniano²⁶.

Putin recolhe os louros de uma recuperação económica impulsionada pelo aumento vertiginoso da procura externa (e dos preços) de energia. Esse ressurgimento económico seria acompanhado por uma vaga de repressão dirigida contra a oposição política, alguns oligarcas hostis a Putin, as autoridades regionais, a autonomia das instituições da sociedade civil criadas durante os “anos Ieltsin” e as precárias liberdades democráticas que restavam. Subjacente às medidas autoritárias traçadas por Putin, residia a convicção de que as debilidades do Estado impediam a Federação Russa de desempenhar um papel relevante na cena mundial. Para inverter o estatuto subalterno da Federação Russa, em contraste nítido com a proeminência da antiga “superpotência” soviética, seria necessário neutralizar os inimigos domésticos da Rússia. À semelhança de grande parte da população, Putin considerava que a coesão do Estado fora deliberadamente minada por inimigos internos e externos, categorias nem sempre fáceis de destringir (Applebaum, 2013, p. 3). Por esta razão, quem contribuísse, deliberadamente ou não, para enfraquecer a Rússia seria considerado uma ameaça à segurança nacional e sujeito às consequências que o novo poder autocrático determinava.

A lógica desta abordagem conduz à limitação severa do pluralismo, particularmente através da governamentalização dos meios de comunicação social e do esvaziamento da sociedade civil (Gessen, 2017). É sabido que, após a implosão da União Soviética, deu-se uma virtual invasão do país por organizações não-governamentais (ONGs) ocidentais atraídas pela possibilidade de contribuir para o êxito da transição para o pós-comunismo. Somas significativas de dinheiro e outros recur-

24 Ver Goldman (2010) e Sutela (2012). Sobre as ligações que unem Putin aos oligarcas ver Dawisha (2014).

25 Sobre o caso Yukos ver Sakwa (2014) e Sixsmith (2010).

26 Sobre o significado político da “tese” universitária de Putin ver Balzer (2005).

sos foram atribuídas a uma panóplia de grupos ativos na construção da sociedade civil russa. Igualmente importante, as ONGs trouxeram conhecimento que, então, simplesmente não existia numa sociedade fustigada por décadas de partido único e de isolamento. Ciente de que estas organizações constituíam uma barreira à deriva autoritária do regime, Putin acusa-as de promover interesses de potências estrangeiras (Gorbunova e Baranov, 2013). Também restringe o seu âmbito de atuação, assim reduzindo o espaço político da sociedade civil e, por acréscimo, diminuindo os focos de resistência ao putinismo.

Em abril de 2005, cinco anos após ter assumido a chefia do Estado e já seguro na cadeira presidencial, Vladimir Putin afirma publicamente que “o colapso da União Soviética fora o maior desastre geopolítico” do século XX, palavras que ainda hoje se fazem repercutir (Allen, 2005). Erroneamente interpretada como expressando saudosismo quanto ao desaparecimento do regime comunista, o lamento do presidente simplesmente revelava um indisfarçável incômodo com a perda de influência de Moscovo e a determinação de inverter a situação. À semelhança do *establishment* militar russo, Putin considerava que a estabilidade prolongada que vigorou durante a guerra fria resultava da capacidade da URSS de manter um sistema de equilíbrio de poderes. Em contraste, o presidente russo mantinha que a unipolaridade americana gerava instabilidade sistémica que teria, forçosamente, de ser confrontada por Moscovo. Ficava subentendido que o reequilíbrio do poderio internacional, e a estabilidade resultante de uma relação de forças mais equitativa, dependia das ações da Rússia, e isto obrigava-a a resistir à unipolaridade americana.

Visto a partir do prisma de Vladimir Putin, o colapso da URSS originou um período de humilhação profunda e sistemática da Rússia, exemplarmente ilustrada pelos sucessivos alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Lieven, 1995)²⁷. Mas, já antes dos alargamentos a leste da Aliança Atlântica – o primeiro dos quais, englobando a Polónia, a Hungria e a República Checa, ocorre em 1999, na Cimeira de Washington –, Moscovo exprimia publicamente a sua insatisfação com o comportamento dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus. Por exemplo, nos Balcãs, o intervencionismo ocidental nas guerras que acompanharam o desmoronamento da Jugoslávia contribuiu para a degradação da relação com Moscovo. À medida que os conflitos etnonacionais se intensificaram na Jugoslávia, Slobodan Milosevic, sonhando com a construção de uma “Grande Sérvia”, emergia como o principal agressor das guerras balcânicas. Em consequência, a Sérvia passa a ser alvo de contenção dos Estados ocidentais que procuravam evitar uma conflagração regional. Neste período, e apesar da solidariedade expressa por

27 Para uma perspetiva crítica ver Ruhle (2014).

Moscovo para com Belgrado, as debilidades russas impediam o Kremlin de assumir um papel de liderança na Bósnia e, mais tarde, no Kosovo.

Quando, em finais de 1998, Milosevic lança a “limpeza étnica” dos *kosovars* albaneses e a OTAN responde com uma “intervenção humanitária” que termina com a presença de forças militares no terreno, Moscovo provoca um braço de ferro político com a Aliança Atlântica. No dia 12 de junho de 1999, o Kremlin desloca um destacamento de forças especiais para o aeroporto de Pristina. Em resposta, o chefe militar da OTAN, Wesley Clark, ordena ao comandante britânico, Michael Jackson, que bloqueie a pista do aeroporto e, assim, impeça o reforço do contingente russo. Prudentemente, Jackson recusa a ordem, afirmando que não iria ali, a pedido de Clark, provocar a terceira guerra mundial²⁸. A manobra russa visava assegurar uma área autónoma de responsabilidade no âmbito da força de paz autorizada pelas Nações Unidas (KFOR) através da Resolução 1244 do Conselho de Segurança, uma exigência liminarmente recusada pela OTAN, que temia que a presença de tropas russas independentes da estrutura de comando da KFOR incentivaria os sérvios do norte do Kosovo – onde eram maioritários – a declarar a secessão dessa faixa da província.

A escalada seria contida através de uma solução diplomática e a Rússia acabaria por manter uma força militar no Kosovo. Mas o episódio demonstrou que a assertividade do Kremlin era motivada por três preocupações fundamentais. Primeira, tratava-se de apoiar a Sérvia, um aliado ortodoxo historicamente próximo da Rússia. Na sua qualidade de “Terceira Roma”, cabia a Moscovo proteger os crentes que olhavam para a Rússia como último garante da segurança das populações ortodoxas. Esta “responsabilidade de proteger” de Moscovo, que espelhava a doutrina de “intervenção humanitária” invocada pela OTAN para legitimar a sua intervenção no Kosovo, era extensível às minorias russas residentes em países que emergiram da antiga União Soviética²⁹. Segunda, a independência do Kosovo era um anátema para o Kremlin porque estabelecia um precedente suscetível de ser invocado por separatistas na Chechénia, no Daguestão e noutras regiões da Federação Russa. Terceira, a Rússia reclamava um papel de relevo no Kosovo em conformidade com o estatuto de grande potência por si proclamado. A avaliar pelos acontecimentos do Kosovo, tudo aparentava indicar que a reivindicação do estatuto de grande potência não seria acolhida favoravelmente pelos países ocidentais.

Assim, não surpreende que o conflito no Kosovo tivesse aumentado a tensão entre a Rússia e o Ocidente. Mas serão os alargamentos da Aliança Atlântica para os Estados do ex-Pacto de Varsóvia que agudizariam significativamente as tensões. No

28 O episódio é relatado em Mark Tran (1999).

29 Putin utilizou o “precedente do Kosovo” aquando da anexação da Crimeia. Ver Rotaru e Troncota (2007). Sobre o “estrangeiro próximo”, ver Toal (2017).

seguimento da implosão do comunismo europeu, os países da Europa Central que até então se encontravam na órbita de Moscovo encetaram transições para a democracia e para a economia de mercado. Países anteriormente tutelados pelo Kremlin através do Pacto de Varsóvia e do Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON), optaram por integrar as principais instituições ocidentais, incluindo a União Europeia e a Aliança Atlântica. A escolha representava nada menos do que uma reconfiguração radical da carta geopolítica europeia em vigor durante a guerra fria e uma rutura com a existência de “Estados-tampão” que garantiam à União Soviética profundidade estratégica na Europa Central.

Aqui chegados, convém recordar o contexto político de 1989/1991 porque, nos tempos mais recentes, Putin tem afirmado que a postura “defensiva” da Rússia em política externa meramente responde ao cerco estratégico fomentado pelo Ocidente (Steil, 2018)³⁰. Alegadamente participam neste cerco os antigos membros do Pacto de Varsóvia, as ex-repúblicas soviéticas bálticas, a Geórgia e alguns Estados da Ásia Central. Por muito que Putin e os seus aliados insistam nesta versão dos acontecimentos, a realidade dos factos históricos revela, desde logo, que foram os países de leste que tomaram a iniciativa de aderir à União Europeia e à Aliança Atlântica. Para a esmagadora maioria dos cidadãos que viveram o “socialismo real”, a União Soviética em nada se assemelhava à força libertadora enaltecida na propaganda comunista. Tratava-se, somente, de uma potência estrangeira ocupante. Com o vertiginoso colapso da União Soviética, estreitou-se a já escassíssima margem de manobra detida pela Rússia para influenciar os acontecimentos no antigo bloco socialista, até porque os novos governos saídos de eleições livres definiram como prioridade a preservação da sua independência nacional face a Moscovo. Com efeito, as novas democracias de imediato definiram políticas externas e de segurança que pretendiam tornar irreversível o seu “regresso à Europa”, um eufemismo para denotar a integração nas instituições ocidentais. Na perspetiva das elites pós-comunistas dos países de leste, o “regresso à Europa” significava romper em definitivo com a tutela de Moscovo e assegurar garantias de segurança credíveis quanto à sua independência³¹. As adesões à OTAN e à União Europeia (UE) permitem, pois, a inserção num quadro institucional que proporcionaria segurança nacional, estabilidade política e prosperidade socioeconómica.

Mais importante, o presidente russo insiste que o “cerco estratégico” viola os compromissos assumidos com os dirigentes soviéticos que negociaram o desfecho pacífico da guerra fria. De acordo com esta leitura, os países ocidentais em geral, e os Estados Unidos em particular, deram garantias de segurança a Mikhail Gorbachev

30 No seu mais recente anual discurso do “Estado da nação”, Putin voltou a enfatizar a tese do “cerco” da Rússia. Ver Putin (2018).

31 Sobre este ponto ver Croft, Redmond, Rees e Webber (1999, pp. 22-88).

no sentido de que a OTAN não seria alargada para leste³². Em defesa desta interpretação dos acontecimentos, Putin, dirigindo-se aos delegados presentes na Conferência de Segurança de Munique de 2007, cita uma afirmação feita em 17 de maio de 1990 pelo secretário-geral da OTAN, Manfred Wörner: “o facto de não estarmos preparados para colocar um exército da OTAN fora de território alemão proporciona à União Soviética uma garantia de segurança firme” (Wörner, 1990). Interrogando uma assistência deixada estupefacta com a agressividade das suas palavras, Putin pergunta: “onde estão estas garantias?”³³. Sete anos mais tarde, no dia 18 de março de 2014, num discurso proferido no Kremlin para justificar a sua agressão na Crimeia, Putin retoma esta narrativa das alegadas “garantias” incumpridas. Sem rodeios, o presidente russo afirma que os responsáveis ocidentais “mentiram-nos muitas vezes, tomaram decisões por trás das nossas costas, confrontaram-nos com factos consumados. Isto aconteceu com a expansão da NATO para leste, tal como a colocação de infraestruturas militares junto das nossas fronteiras”³⁴. Rejeitando a premissa de que a segurança da Rússia sairia reforçada pela expansão da OTAN, que estabilizaria a Europa Central através da sua inclusão nas instituições ocidentais, Putin afirma que o alargamento constituía uma “provocação séria que reduz o nível de confiança mútua” e, nesse sentido, configurava um fator de instabilidade no quadro europeu³⁵.

É legítimo questionar se, terminada a guerra fria, não teria sido prudente conceder à Rússia uma esfera de influência na Europa Central; isto é, será que o “regresso à Europa” dos antigos membros do Pacto de Varsóvia deveria ter sido sacrificado em prol de um entendimento com Moscovo? Não teria sido preferível uma nova Ialta, mesmo que para isso se tivesse de abandonar a Europa Central ao seu destino? Se há margem para discutir a bondade dos alargamentos, a verdade dos factos é outra quanto às garantias de segurança alegadamente dadas aos líderes soviéticos. Responsáveis russos reiteradamente afirmam que o Ocidente, em 1990, violou uma “promessa” feita pelos governos da República Federal Alemã e dos Estados Unidos no sentido de manter os antigos países comunistas fora da Aliança Atlântica. Anatolii Adamishin, antigo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, declarou que, durante as conversas sobre a reunificação alemã, recebeu tais garantias (Gordon, 1997). A mesma posição foi, mais recentemente, vinculada por Sergei Lavrov, ministro dos Negócios Estrangeiros de Vladimir Putin (Kramer, 2009, p. 40).

32 Sobre esta controvérsia ver Kramer (2009).

33 Ver “Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy”, February 10, 2007. O texto deste importantíssimo discurso de Putin pode ser consultado em <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.

34 Ver “Address by President of the Russian Federation”, 18 de março de 2014. Consultado no site oficial da presidência russa em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>.

35 Ibid.

Estas acusações de incumprimento são categoricamente refutadas por responsáveis ocidentais que participaram nas negociações de 1990, salientando que a questão do alargamento da OTAN fora abordada exclusivamente no quadro das negociações sobre a reunificação alemã. Um dos mais importantes protagonistas dessas negociações, Philip Zelikow, mantém que, para além das referências contidas no Tratado “Dois mais Quatro” (*Treaty on the Final Settlement with Respect to Germany*), assinado em setembro de 1990, nenhuma garantia foi dada à União Soviética em relação ao futuro alargamento da OTAN (Zelikow, 1995, p. 8). Recentemente, numa entrevista concedida em 2014, Gorbachev confirma a versão de Zelikow (Gorbachev, 2014; Pifer, 2014). Em suma, nenhuma garantia, de qualquer natureza, parece ter sido concedida aos dirigentes soviéticos sobre o alargamento da OTAN para os países membros do Pacto de Varsóvia.

A Viragem de Munique

A política externa de Vladimir Putin entra numa nova fase após a Conferência de Segurança de Munique de 2007. Durante o encontro, o presidente russo faz um discurso censurando o comportamento internacional dos Estados Unidos e dos seus aliados, responsabilizando-os pelos “focos de tensão internacional” e pelo “uso ilegítimo” da força. Afirmando que a segurança internacional não se reduz às suas dimensões política e militar, pois engloba, *inter alia*, a estabilidade da economia mundial, a degradação ambiental e o diálogo entre civilizações, Putin concluiu que a bipolaridade evidenciara “o enorme potencial estratégico das duas superpotências para assegurar a estabilidade global”³⁶. Em contraste, o mundo unipolar “de um soberano, de um mestre” era deveras pernicioso na medida em que ameaçava o exercício pleno da soberania dos estados. Por isso mesmo, considera que o sistema “unipolar não é apenas inaceitável, como também é impossível”, até porque as “ações unilaterais, e frequentemente ilegítimas, não resolveram nenhum problema”³⁷. Na realidade, a unipolaridade apenas fomentou “novas tragédias humanas e criou novos centros de tensão”, pelo que, na visão do presidente russo, a tentação unipolar dos Estados Unidos encaminhou “o mundo para um abismo de conflitos permanentes”³⁸. Em suma, a unipolaridade era, inerentemente, um fator de instabilidade e, como tal, insustentável.

Em Munique, Putin aponta um conjunto de consequências nefastas que alega resultar do predomínio americano. Desde logo, a desproporcionalidade do poderio dos

36 Ver “Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy”, February 10, 2007. O texto do discurso de Putin pode ser consultado em <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.

37 Ibid.

38 Ibid.

Estados Unidos provoca tentativas de equilíbrio de poder que “invariavelmente irão encorajar alguns países a adquirir armas de destruição massiva”³⁹. Curiosamente, o presidente russo omite qualquer referência ao papel facilitador do seu país no desenvolvimento dos programas de nuclearização do Irão e da Coreia do Norte. Revelando um pensamento estratégico centrado na importância da balança de poder, Putin sugere que, para ultrapassar as dificuldades da unipolaridade, era necessário procurar “um equilíbrio razoável entre os interesses de todos os participantes no diálogo internacional”, até porque era impossível travar o surgimento de novas potências económicas que, muito naturalmente, iriam converter o seu poderio material em “influência política para reforçar a multipolaridade”⁴⁰. Perante as mutações internacionais que identificara, concluía que o bloco ocidental deveria partilhar a liderança internacional com a Rússia e outros países emergentes.

Como corolário do apelo à criação de um sistema multipolar (policêntrico), Vladimir Putin sustenta ser urgente definir novas regras quanto ao uso da força na política internacional. Repetindo uma formulação na altura em voga, declara que “o único mecanismo que poderá tomar decisões sobre o uso da força militar como último recurso é a Carta das Nações Unidas”, acrescentando que, por isso, “não precisamos de substituir a ONU pela OTAN ou a UE”⁴¹. Feito um ano antes da invasão russa da Geórgia de agosto de 2008, este apelo à legalidade internacional e às normas da Carta das Nações Unidas demonstra uma notável incongruência entre as palavras e a *praxis*. Mas os apelos reiterados às normas internacionais eram críticos por duas razões. Primeira, porque Putin, pelo menos através da sua retórica, continuava a conceder legitimidade à ordem internacional; isto é, ainda não tinha abertamente abraçado o revisionismo. Segunda, essas normas e instituições internacionais, e a ONU em particular, eram extremamente úteis para a Rússia porque restringiam o impulso unilateral dos Estados Unidos. Acrescenta-se que os desentendimentos em volta das normas internacionais referentes ao uso da força provocaram brechas no seio da União Europeia e da Aliança Atlântica durante os meses de debate que antecederam a investida militar de 2003 contra Saddam Hussein⁴².

Dir-se-á, a bom rigor, que a intervenção no Iraque liderada pelos Estados Unidos pairava sobre o discurso de Munique de Putin. Na conferência de imprensa que se seguiu ao seu primeiro encontro com Putin, em junho de 2001, George W. Bush disse ter olhado para a alma do presidente russo e ter concluído que o seu interlocutor era “confiável” (Rato, 2008a, p. 5). Três meses mais tarde, na sequência dos

39 Ibid.

40 Ibid.

41 Ibid.

42 Estas questões são tratadas em Marques de Almeida e Rato (2004).

ataques da al-Qaeda de 11 de setembro de 2001, abriu-se uma janela de cooperação russo-americana no âmbito do combate ao terrorismo, um assunto que, ironicamente, permitia a Putin legitimar a sua devastação na Chechênia em nome do combate ao jihadismo. À medida que Washington prepara o derrube dos Taliban, Putin contribui com informações sobre o Afeganistão, fornece armas à Aliança do Norte e intercede junto de governos da Ásia Central cuja colaboração Bush solicitara. Todavia, com a passagem do tempo, aprofundou-se a desconfiança de Moscovo. Desde logo porque a presença de bases militares americanas na Ásia Central, utilizadas para prosseguir a guerra no Afeganistão e vistas como temporárias quando estabelecidas, passaram a ser olhadas por Moscovo como meios para consolidar o “cerco estratégico” à Rússia. Depois dos alargamentos da OTAN ao leste europeu, a Rússia temia ser cercada no seu flanco sul – no Cáucaso e na Ásia Central. Eis uma preocupação que se acentua nos meses anteriores à investida militar no Iraque, o aliado *pivot* da URSS (e, depois, da Rússia) no Médio Oriente.

A intervenção militar contra o regime baathista iraquiano proporcionara a abertura necessária para a Rússia estabelecer uma “aliança antiguerra” destinada a minar a hegemonia internacional dos Estados Unidos (Rato, 2008a). Para além da Rússia, esta aliança de oportunidade reunia a China, a França e a Alemanha, países que, por razões distintas, se opunham à “hiperpotência” e ao mundo unipolar que ganhara forma no seguimento da implosão da União Soviética. A estratégia de Putin seria bem-sucedida a vários níveis. Desde logo, obrigou a coligação liderada pelos Estados Unidos a agir militarmente sem um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Se é verdade que um mandato das Nações Unidas jamais seria atribuído pela Rússia e a China, é igualmente verdade que os americanos, ao recorrerem ao Conselho de Segurança em busca de uma segunda Resolução, levantaram dúvidas quanto à legitimidade do uso da força no Iraque. Igualmente importante, Putin explorou a oportunidade de abrir brechas no seio do campo euro-atlântico, colocando a França e a Alemanha em rota de colisão com Washington, e, recorde-se, com a esmagadora maioria dos países europeus que apoiaram Bush no Iraque. Mesmo que conjunturais, as divisões verificadas no interior da União Europeia e da Aliança Atlântica enfraquecem Washington, ao mesmo tempo que Moscovo ensaiava um passo gigantesco para regatear o seu estatuto de grande potência mundial.

A problemática da legitimidade do uso da força levantada pela intervenção no Iraque estava associada à forma como Putin concebia o papel da Rússia no “estrangeiro próximo”, a designação do Kremlin para as antigas repúblicas constituintes da União Soviética. Consolidado o seu poder interno através da limitação das liberdades e da estatização dos sectores estratégicos da economia, Putin reúne condições para traçar uma política externa robusta relativamente ao “estrangeiro próximo”. É certo que a determinação de recuperar a influência perdida no “estrangeiro

próximo” antecede a chegada de Putin à chefia do Estado russo, como ficou atestado pela atuação de Moscovo na Abecásia e na Transnístria nos meses que seguiram ao desmembramento da União Soviética. Desde logo, a presença de minorias russas em vários países que emergiram da URSS constituía um assunto delicado para Moscovo porque o Estado russo definia-se como protetor dos compatriotas residentes fora de fronteiras. Para continuar a defender os interesses e os direitos dos russos no “estrangeiro próximo”, uma política externa capaz de amarrar estes países à órbita do Kremlin teria de ser formulada. A segurança da Rússia era, portanto, indissociável das preferências políticas dos países do “estrangeiro próximo”. Nem os alargamentos da Aliança Atlântica aos Estados do ex-Pacto de Varsóvia nem a investida militar americana no Médio Oriente esgotavam as inquietações de Putin quanto ao Ocidente, cuja influência na vizinhança da Rússia era, na ótica do presidente, tão considerável quanto ameaçadora. As desconfianças adensaram-se em outubro de 2000, quando manifestações populares em Belgrado afastam do poder Slobodan Milosevic, um aliado que Moscovo apoiara ao longo da década de 1990. Putin entendeu a revolução que removeu Milosevic como um revés para os interesses do seu país na região, e mais uma afronta do Ocidente ao seu país. Se os acontecimentos de Belgrado eram deveras preocupantes, mais perturbadoras seriam as “revoluções coloridas” que assolaram várias ex-repúblicas soviéticas e conduziram ao derrube de governos próximos de Moscovo. Putin considerava terem sido promovidas pelas potências ocidentais para completar o cerco à Rússia iniciado pela OTAN e pela UE na Europa Central.

Uma destas revoluções ocorreu em novembro de 2003, na Geórgia, quando manifestações populares lideradas por jovens pró-ocidentais forçaram a saída do presidente Eduard Shevardnadze⁴³. Com o intuito de influenciar o rumo dos acontecimentos, Putin enviou Igor Ivanov, o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, para negociar a transferência de poder. Ivanov insistentemente referia os acontecimentos como um “golpe”, enquanto Putin, de forma insidiosa, afirmou que “durante séculos” existira uma “relação de irmandade” entre os povo russo e georgiano (Gessen, 2017, p. 238). Se é verdade que o aviso era destituído de subtilidade, é igualmente verdade que seria insuficiente para salvar Shevardnadze. Apesar das relações com o deposto presidente georgiano não se terem pautado por especial proximidade, Putin considerava que o novo poder, personalizado por Mikhail Saakashvili, era a falange do Ocidente no “estrangeiro próximo” (Blagov, 2003). A desconfiança consolida-se quando, em maio de 2004, manifestações em Batumi, capital da região de Adjara, levam Aslan Abashidze, aliado de Moscovo que exerceria um poder ditatorial na região, a abandonar o país e a procurar refúgio em Moscovo (Walsh, 2004). Tratava-se de mais uma derrota de Putin, mas a Rússia

43 Sobre a revolução georgiana ver Jakopovich (2007) e Jones (2015).

continuava a impedir que o governo georgiano exercesse a sua autoridade na Abecásia e na Ossétia do Sul.

Ao mesmo tempo, e anos antes da invasão da Geórgia de 2008, Putin decide interferir no processo eleitoral a decorrer na Ucrânia. Em finais de outubro de 2004, escassos três dias antes da ida do país às urnas, o presidente russo desloca-se à capital ucraniana para participar nas celebrações do sexagésimo aniversário da libertação de Kiev pelo Exército Vermelho (Walsh, 2004). Na cerimónia, Putin toma o seu lugar ao lado do presidente ucraniano, Leonid Kuchma, e do seu sucessor designado, Viktor Yanukovych, o candidato apoiado por Moscovo. Participando nesta cerimónia, Putin sinalizava a sua preferência de candidato. Yanukovych perde as eleições, mas recusa aceitar o resultado. Em resposta, manifestantes ocupam o centro de Kiev durante semanas, apenas desmobilizando quando o Tribunal Constitucional ucraniano ordena a repetição do sufrágio. Novamente contados os boletins de voto, Viktor Yushchenko, o candidato pró-ocidental que fora alvo de um atentado por envenenamento com dioxina, emerge vitorioso. Estava consumada a “revolução laranja” que dá lugar a um governo de coligação composto por partidos e personalidades determinados a afastar Kiev da órbita de Moscovo⁴⁴. Se é verdade que as “revoluções coloridas” na Geórgia e na Ucrânia constituíram reveses significativos para o presidente Putin, é igualmente verdade que a perda de influência em Tbilisi não era comparável com o desastre geopolítico que acabara de ocorrer nas ruas de Kiev.

Também as ex-repúblicas soviéticas do Báltico seriam alvos da destabilização russa. O caso mais notório ocorreu em finais de abril de 2007, quando a Rússia lança uma série de ciberataques contra as infraestruturas digitais da Estónia, incluindo *sites* do Estado, instituições financeiras e órgãos de comunicação social (Ashmore, 2009; Ruus, 2008). A origem da vaga de ataques residia na decisão do governo estónio de remover uma estátua de bronze alusiva ao Exército Vermelho, situada no centro de Tallinn, para uma zona periférica da cidade, decisão que Moscovo e os russos residentes na Estónia interpretam como um ato hostil (Myers, 2007). Os protestos intensificaram-se à medida que notícias falsas anunciando a destruição do monumento eram disseminadas pela imprensa russa. Para os russos, o “Monumento aos Libertadores de Tallinn”, inaugurado em 1947, representava a vitória sobre o nazismo e a “libertação” da Estónia pelo Exército Vermelho. Em contrapartida, para os estónios, tratava-se de um símbolo da ocupação soviética que pôs fim à independência do país. Com alguma distância, é hoje evidente que se tratou do primeiro ataque desta natureza contra um aliado da OTAN, um escalar do confronto com a Aliança recorrendo à guerra híbrida que Moscovo tem vindo a aperfeiçoar nos últi-

⁴⁴ Sobre a “revolução laranja” ucraniana, ver Aslund e McFaul (2006), Wilson (2006) e Plokhyy (2015, especialmente capítulos 24-27).

mos anos, estabelecendo um *modus operandi* que seria repetido aquando das invasões da Geórgia e da Ucrânia.

Apesar de não ter sido a única provocação feita por Moscovo aos países bálticos, o ciberataque à Estónia foi seguramente a mais séria desde os alargamentos da OTAN. Contudo, a gravidade dos ciberataques passa para segundo plano quando, em agosto de 2008, tropas russas invadem a República da Geórgia⁴⁵. Antes, preparando o caminho para a investida militar, Putin acusa o governo de Tbilisi de “provocações”, uma denúncia inusitada quando se considera que separatistas pró-russos efetivamente ocupavam a Abecázia e a Ossétia do Sul (Rato, 2008b, p. 9). Quando o governo georgiano sinaliza a intenção de exercer a sua soberania na Ossétia do Sul, Moscovo acusa Tbilisi de provocar o confronto. Com efeito, durante os meses que antecederam a invasão, Saakashvili desdobrou-se em avisos públicos sobre as intenções agressivas do Kremlin. Por exemplo, quatro meses antes do início das hostilidades, os georgianos acusam Putin de mobilizar as suas forças, incluindo o reforço do contingente destacado na Abecázia, para fins ofensivos. Apesar das declarações russas em sentido contrário, tornou-se evidente que o uso da força na Ossétia do Sul fora planeado com antecedência, isto é, não configurava uma resposta improvisada às alegadas “provocações georgianas”.

Ao lançar a guerra da Geórgia, Putin (nomeado primeiro-ministro pelo presidente Dmitri Medvedev) pretende, desde logo, quebrar politicamente um país determinado a evitar a tutela de Moscovo, o motivo que leva Tbilisi a procurar integrar a UE e a OTAN. Com o apoio dos Estados Unidos e da Polónia, Saakashvili esperava que a Cimeira de Bucareste, realizada em abril de 2008, se saldasse por um convite de adesão através de um Plano de Ação para a Adesão. Todavia, vários países europeus – incluindo o Reino Unido, a França e a Alemanha – mostram-se relutantes em aceitar a entrada da Ucrânia e da Geórgia na Aliança Atlântica num futuro próximo (Erlanger e Myers, 2008). Em consequência, a decisão sobre o eventual alargamento seria, por pressão de Moscovo, adiada até dezembro de 2008. A hesitação sinalizou a Putin que uma investida militar na Geórgia, e eventualmente na Ucrânia, não teria uma resposta robusta por parte do Ocidente.

Enquanto a Rússia transmitia um aviso inequívoco quanto às limitações da independência das antigas repúblicas soviéticas, a resposta frouxa do Ocidente aos acontecimentos na Geórgia convenceu Putin que os custos do uso da força no “estrangeiro próximo” eram aceitáveis. A incursão demonstrou que Moscovo poderia, em poucos dias, tomar a capital georgiana, ao mesmo tempo que reforçou o domínio russo na Ossétia do Sul e na Abecázia, efetivamente consumando a secessão dos dois territórios. Mais importante, conseguiu impor-se perante os aliados ocidentais que novamente se dividiram quando confrontados com a assertividade

45 Sobre as consequências imediatas da invasão, ver King (2008) e Sestanovich (2008).

de Moscovo. Se a Polónia, a Ucrânia e os países bálticos não hesitaram em manifestar apoio à Geórgia, já a Alemanha, a França e a Itália apelaram à “moderação”, sugerindo que a crise residia na “irresponsabilidade” do governo de Saakashvili (Beenhold, 2008). Ao anunciar que a Geórgia não teria acesso ao Plano de Ação para a Adesão, a Aliança Atlântica reconheceu, apesar de alguma retórica em sentido contrário, que o país jamais seria acolhido como membro pleno da OTAN (Croft, 2014).

Meses antes da invasão da Geórgia, em fevereiro de 2008, um referendo sobre a entrada na Ucrânia na NATO obtivera uma resposta favorável por parte de 57,8% dos votantes. O resultado certamente gerou alarme em Moscovo, que olhava para a Ucrânia como a “Pequena Rússia”. Em conversa com George W. Bush, Vladimir Putin, expressando o chauvinismo generalizado entre os seus compatriotas, afirmou que a Ucrânia “nem sequer é um Estado” (Blackwell, 2014). Poderia, certamente, ter acrescentado que nem sequer reconhecia os ucranianos como uma nação distinta. A invasão da Geórgia, o colapso da “revolução laranja” e a subsequente vitória de Viktor Yanukovych nas eleições presidenciais de 2010 parecia ter, em definitivo, excluído a adesão de Kiev à NATO.

Em fevereiro de 2014, o levantamento popular da praça Euromaidan obriga o presidente Yanukovych a refugiar-se na Rússia⁴⁶. As novas autoridades em Kiev anunciaram que pretendiam seguir uma orientação pró-ocidental consubstanciada na adesão às instituições europeias. A resposta do Kremlin não se fez esperar. Nas primeiras horas do dia 27 de fevereiro de 2014, um grupo armado assaltou o Conselho Supremo da Crimeia, em Simferopol. Apelidados de “homens verdes”, os soldados recolheram a bandeira ucraniana do edifício e hastearam a tricolor russa. Apesar de terem removido os distintivos das suas fardas, de forma a impossibilitar a identificação do grupo, rapidamente se tonou claro que os “homens verdes” eram forças *Spetsnaz*. A 16 de março, as novas autoridades de Simferopol declaram a independência da península. Menos de um mês depois da tomada da sede do governo da Crimeia, o parlamento russo – a Duma – aprova a anexação formal da região.

Em paralelo, em Dombas, a zona oriental da Ucrânia que partilha a fronteira com a Federação Russa, uma rebelião separatista atira a região para a guerra. Confrontada com um estado de guerra de baixa intensidade com a Rússia, Kiev, após as eleições de outubro de 2014, declara como prioritária a entrada do país na OTAN. Pouco depois, em dezembro do mesmo ano, o parlamento ucraniano abandona o estatuto de país “não-alinhado” até então seguido para evitar a hostilidade da Rússia (Vorobiov, 2015). No final do mês, o presidente Petro Poroshenko anuncia que realizará

46 Ver Wilson (2014). Para uma perspectiva mais cética relativamente aos revolucionários ver Sakwa (2015).

um referendo sobre a adesão à Aliança Atlântica. Mais tarde, em julho de 2017, Poroshenko declara que o país cumprirá os critérios necessários para obter um Plano de Ação de Adesão.

Para perceber por que razão Putin fomentou as “rebeliões” na Crimeia e em Dombas, convém recordar que o presidente afirma defender os direitos dos russos que se encontram a viver fora da Federação Russa. Com efeito, as fronteiras do Estado russo (a Federação Russa) não coincidem com as fronteiras da nação. Pode, num primeiro momento, parecer que Putin se limita a defender os interesses legítimos das minorias russas que, com o colapso da URSS, se encontraram a viver nos países que emergiram da União Soviética. Todavia, a intervenção militar na Crimeia representa mais do que uma mera defesa das populações russas ou da defesa de interesses estratégicos de Moscovo no “estrangeiro próximo”. Na realidade, a guerra contra a Ucrânia representa uma “linha vermelha” traçada por Vladimir Putin, isto é, configura a rejeição de uma orientação ocidental para o país. Putin, antes de aceitar tal desfecho, fomentará a guerra e o desmembramento territorial do Estado ucraniano. Esta intenção torna-se clara através de um discurso proferido no Kremlin a 18 de março de 2014 para justificar anexação da Crimeia, quando o presidente russo admitia que a OTAN às portas de Sevastopol constituía “não uma ilusória, mas uma real ameaça ao flanco sul da Rússia”⁴⁷.

Dado que a Crimeia fora administrativamente transferida para a Ucrânia por Nikita Khrushchev em 1954, defensores de Putin desvalorizam a agressão e a subsequente anexação da Crimeia⁴⁸. A tese de que a península “foi sempre” território russo ignora que Catarina “a Grande” a conquistou aos Tártaros e a incorporou no Império Russo apenas em 1783. A importância simbólica da Crimeia reside no facto de o território ter sido essencial para o projeto de expansão imperial czarista. Considerando que a Crimeia invoca um período dourado da ascensão do Império, o regresso do território à Rússia traduz as aspirações neoimperiais da elite dirigente que rodeia Vladimir Putin. Dito de forma diferente, ao optar pela anexação, o Kremlin sinalizou a determinação de recuperar as terras que considera vitais para salvaguardar os interesses nacionais da Federação Russa, e, não menos relevante, de recuperar da humilhação sofrida às mãos do Ocidente após o desmoronamento da União Soviética. Parafraseando Donald Trump, Putin fará “*Russia great again*”.

47 Ver, “Address by President of the Russian Federation”, 18 de março de 2014. Consultado no site oficial da presidência russa, disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>.

48 Sobre a história da Crimeia, ver Kent (2016).

Conclusão

Recorrendo a uma metáfora tão reveladora quanto cruel, Helmut Schmidt comentou que “a União Soviética era, essencialmente, o Alto Volta com mísseis” (Judt, 2005, p. 592). Por muita razão que tivesse assistido ao antigo chanceler alemão, e independentemente das restantes debilidades da União Soviética, não deixa de ser verdade que o seu poderio militar, particularmente o arsenal nuclear, lhe garantia o estatuto de superpotência mundial. Esse estatuto, e o prestígio político a ele inerente, evaporou-se com o colapso da União Soviética e os desafios subsequentes da transição para o pós-comunismo. O falhanço do projeto de ocidentalização e democratização prosseguido por Boris Ieltsin abriu caminho ao regresso a uma orientação assente na rejeição do Ocidente hoje defendida por Vladimir Putin.

Analistas que atribuem à Rússia de Vladimir Putin uma postura estratégica “defensiva” tendem a ignorar que a hostilidade de Moscovo relativamente à ordem internacional tem sido, desde que Putin assumiu o cargo presidencial, uma constante da sua política externa. Isto é, os embates entre o Ocidente e a Rússia resultam de um fator estrutural da política externa moscovita e das prioridades de segurança da Rússia: a determinação de rever as regras que estruturam a ordem internacional. Muito simplesmente, a Federação Russa é hoje uma potência revisionista comprometida com a alteração das regras fundamentais que sustentam a ordem internacional. A hostilidade de Putin em relação aos Estados Unidos e à União Europeia é a consequência inevitável de uma política externa que visa recuperar o estatuto de grande potência da Rússia e restabelecer o domínio de Moscovo no “estrangeiro próximo”.

Alguns Estados europeus já se conformaram com as implicações desta nova realidade geoestratégica. Por exemplo, adotando uma linguagem tão direta quanto invulgar nos documentos oficiais da União Europeia. A “Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança” declara que “a gestão da relação com a Rússia representa um desafio estratégico chave”⁴⁹. O mesmo documento acrescenta que a “anexação ilegal da Crimeia não será reconhecida” e enfatiza que não se aceita “a desestabilização da Ucrânia ocidental”⁵⁰. Talvez mais importante, o texto afirma que as ações da Rússia nestes palcos não são casuísticas porque a Rússia, através destas ações, “desafiou o essencial da ordem europeia”⁵¹. Ao caracterizar o comportamento da Rússia nestes termos, o documento refuta a eventualidade de o “desafio russo” ser de natureza conjuntural. Refuta, também, o argumento,

49 Ver “Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union’s Foreign and Security Policy”, junho de 2016, p. 33. Uma reflexão sobre esta estratégia europeia pode ser encontrada em Viana, Gaspar e Pinto (2016).

50 “Shared Vision, Common Action”, junho de 2016, p. 33.

51 Ibid.

ainda mais benigno, que Putin, dado a incapacidade de reformar o Estado e a economia do seu país, fabrica tensões externas para desviar as atenções da sua população. A nova normalidade é, pois, balizada pela procura de vantagem permanente e pela gestão das crises que invariavelmente farão parte da nova geopolítica mundial.

Referências

- Allen, N., 2005. Soviet break-up was geopolitical disaster, says Putin. *The Telegraph*, 26 de abril. Disponível em <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/russia/1488723/Soviet-break-up-was-geopolitical-disaster-says-Putin.html>.
- de Almeida, J. M. e Rato, V., 2004. *A Encruzilhada: Portugal, a Europa e os Estados Unidos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Applebaum, A., 2013. Putinism: The Ideology. *LSE Strategic Update* 13.2. Disponível em http://eprints.lse.ac.uk/59082/1/_lse.ac.uk_storage_LIBRARY_Secondary_libfile_shared_repository_Content_LSE%20IDEAS_Putinism%20the%20ideology_SU13-2-Putinism.pdf.
- Aron, L. 2000. *Yeltsin: A Revolutionary Life*. New York: St. Martin's Press.
- Ashmore, W. C., 2009. Impact of Alleged Russian Cyber Attacks. *Baltic Security & Defence Review*, 11(4), pp. 4-40. Disponível em http://www.bdcoll.ee/files/files/documents/Research/BSDR2009/1_%20Ashmore%20-%20Impact%20of%20Alleged%20Russian%20Cyber%20Attacks%20.pdf.
- Aslund, A. e McFaul, M. (eds.), 2006. *Revolution in Orange: The Origins of Ukraine's Democratic Breakthrough*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Baker, P., 2005. *Kremlin Rising: Putin's Russia and the End of Revolution*. New York: Scribner.
- Balzer, H., 2005. The Putin Thesis and Russian Energy Policy. *Post-Soviet Affairs*, 21(3), pp. 210-225.
- Bennhold, K., 2008. Differences emerge in Europe of a response to Georgia conflict. *The New York Times*, 12 de agosto. Disponível em <https://www.nytimes.com/2008/08/12/world/europe/12iht-diplo.4.15218653.html>.
- Billington, J. H., 1996. *The Icon and the Axe: An Interpretive History of Russian Culture*. New York: Alfred A. Knopf.
- Blackwell, S., 2014. Putin is prepared to alienate the West to suit his agenda. *The National*, 17 de agosto. Disponível em <https://www.thenational.ae/opinion/putin-is-prepared-to-alienate-the-west-to-suit-his-agenda-1.258051>.
- Blagov, S., 2003. Russia Wary of Georgia's Regime Change. *Eurasianet*, 25 de novembro. Disponível em <https://eurasianet.org/s/russia-wary-of-georgias-regime-change>.
- Blockmans, S.; Kostanyan, H. e Vorobiov, I. (eds.), 2012. *Towards a Eurasian Economic Union: the Challenge of Integration and Unity*. Centre for European Policy Studies, Special Report.

- Disponível em <https://www.ceps.eu/system/files/CEPS%20Special%20Report%20No%2075%20-%20Towards%20a%20Eurasian%20Economic%20Union.pdf>.
- Cohen, S. F., 2009. *Soviet Fates and Lost Alternatives: From Stalinism to the New Cold War*. New York: Columbia University Press.
- Colton, T. J., 2008. *Yeltsin: A Life*. New York: Basic Books.
- Conradi, P., 2017. *Who Lost Russia? How the World Entered a New Cold War*. London: Oneworld.
- Croft, S.; Redmond, J.; Rees, G. W. e Webber, M., 1999. *The Enlargement of Europe*. New York: Palgrave.
- Croft, A., 2014. NATO will not offer Georgia membership step, avoiding Russia clash. *Reuters*, 25 de junho. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-nato-enlargement/nato-will-not-offer-georgia-membership-step-avoiding-russia-clash-idUSKBN0F00IJ20140625>.
- Dawisha, K., 2014. *Putin's Kleptocracy: Who Owns Russia?* New York: Simon & Schuster.
- d'Encausse, H. C., 2000. *La Russie inachevée*. Paris: Fayard.
- Desai, P., 2005. Russian Retrospectives on Reforms from Yeltsin to Putin. *Journal of Economic Perspectives*, 19(1), pp. 87-106.
- Dobrynin, S., 2009. The Silver Curtain: Representations of the West in the Soviet Cold War Films. *History Compass*, 7(3), pp. 862-878.
- Dugin, A., 2018. *Ethnos and Society*. Moscow: Arktos Media.
- Dugin, A., 2015. *The Last War of the World-Island: The Geopolitics of Contemporary Russia*. Moscow: Arktos Media.
- Dugin, A., 2014. *Eurasian Mission: An Introduction to Neo-Eurasianism*. Moscow: Arktos Media.
- Ellison, H. J., 2006. *Boris Yeltsin and Russia's Democratic Transformation*. Seattle: University of Washington Press.
- Eltchaninof, M., 2017. *Inside the Mind of Vladimir Putin*. New York: Oxford University Press.
- Erlanger, S. e Myers, S. L., 2008. NATO Allies Oppose Bush on Georgia and Ukraine. *The New York Times*, 3 de abril. Disponível em <https://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html>.
- Figes, O., 1997. *A People's Tragedy: A History of the Russian Revolution*. New York: Viking Penguin.
- Gessen, M., 2017. *The Future is History: How Totalitarianism Reclaimed Russia*. New York: Riverhead Books.
- Gessen, M., 2012. *The Man without a Face: The Unlikely Rise of Vladimir Putin*. New York: Riverhead Books.
- Glebov, S., 2015. "N.S. Trubetskoi's Europe and Mankind and Euroasianist Antirevolutionism". In: M. Bassin, S. Glebov e M. Laruelle (eds.), *Between Europe and Asia: The Origins*,
-

- Theories, and Legacies of Russian Eurasianism*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, pp. 48-67.
- Goldman, M. I., 2010. *Petrostate: Putin, Power, and the New Russia*. Oxford: Oxford University Press.
- Gorbachev, M., 2014. I am against all walls. *Russia Beyond*, 16 de outubro. Disponível em https://www.rbth.com/international/2014/10/16/mikhail_gorbachev_i_am_against_all_walls_40673.html
- Gorbunova, Y. e Baranov, K. A., 2013. Laws of Attrition: Crackdown on Russia's Civil Society after Putin's Return to the Presidency. *Human Rights Watch*. Disponível em <https://www.hrw.org/report/2013/04/24/laws-attrition/crackdown-russias-civil-society-after-putins-return-presidency#page>.
- Gordon, M. R., 1997. The Anatomy of a Misunderstanding. *The New York Times*, 25 de maio. Disponível em <https://www.nytimes.com/1997/05/25/weekinreview/the-anatomy-of-a-misunderstanding.html>.
- Hartley, J. M., 1992. Is Russia Part of Europe? Russian Perceptions of Europe in the Reign of Alexander I. *Cahiers du monde russe et soviétique*, 33(4), pp. 369-385.
- Hellman, J. S., 1998. Winners Take All: The Politics of Partial Reform in Post-communist Transitions. *World Politics*, 50(2), pp. 203-34.
- Hoffman, D., 2000. Putin steps out of the shadows. *The Washington Post*, 30 de janeiro. Disponível em https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/01/30/putin-steps-out-of-the-shadows/ca85c7c2-ebcb-4124-a9b3-4a656e877a15/?noredirect=on&utm_term=.f5aac288c936.
- Jakopovich, D., 2007. The 2003 "Rose Revolution" in Georgia: A Case Study in High Politics and Rank-and-File Execution. *Debate: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*, 15(2), pp. 211-220.
- Jones, S., 2015. *Georgia: A Political History since Independence*. New York: L.B. Tauris.
- Judt, T., 2005. *Postwar: A History of Europe since 1945*. New York: The Penguin Press.
- Kennan, G. F., 1947. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, 25(4), pp. 566-582.
- Kent, N., 2016. *Crimea: A History*. London: C. Hurst & Co.
- King, C., 2008. The Five-Day War. *Foreign Affairs*, 87(6), pp. 2-11.
- Kotkin, S., 2016. Russia's Perpetual Geopolitics: Putin Returns to the Historical Path. *Foreign Affairs*, 95(3), pp. 2-9.
- Kramer, M., 2009. The Myth of a No-NATO-Enlargement Pledge to Russia. *The Washington Quarterly*, 32(2), pp. 39-61.
- Laqueur, W., 2015. *Putinism: Russia and Its Future with the West*. New York: Thomas Dunn.
- Larrabee, S. F., 1997. *Foreign and Security Policy Decision Making under Yeltsin*. Santa Monica: RAND.

- Laruelle, M., 2012. *Russian Eurasianism: An Ideology of Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Legvold, R., 2016. *Return to the Cold War*. Cambridge: Polity Press.
- Legvold, R., 2014. Managing the New Cold War: What Moscow and Washington can learn from the last one. *Foreign Affairs*, 93(4), pp. 74-84.
- Lieven, A., 1999. *Chechnya: Tombstone of Russian Power*. New Haven: Yale University Press.
- Lieven, A., 1995. Russian Opposition to NATO Expansion. *The World Today*, 51(10), pp. 196-199.
- Liik, K. (ed.), 2014. *Russia's Pivot to Asia: Eurasian Russia in the twenty-first century*. European Council on Foreign Relations. Disponível em http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR103_RUSSIA_COLLECTION_290514_AW.pdf.
- Lucas, E., 2008. *The New Cold War: Putin's Russia and the Threat to the West*. New York: Palgrave Macmillan.
- Lukin, A., 2014. What the Kremlin is Thinking: Putin's Vision for Eurasia. *Foreign Affairs*, 93(4), pp. 85-93.
- Malia, M., 1994. *The Soviet Tragedy: A History of Socialism in Russia, 1917-1991*. New York: The Free Press.
- McFaul, M., 2018. *From Cold War to Hot Peace: An American Ambassador in Putin's Russia*. New York: Houghton Mifflin Harcourt.
- McFaul, M., 2001. *Russia's Unfinished Revolution: Political Change from Gorbachev to Putin*. Ithaca: Cornell University Press.
- McFaul, M., 1997. *Russia's 1996 Presidential Election: The End of Polarized Politics*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Morrison, J., 1991. *Boris Yeltsin: From Bolshevik to Democrat*. New York: Dutton.
- Myers, S. L., 2012. *The New Tsar: The Rise and Reign of Vladimir Putin*. New York: Simon & Schuster.
- Myers, S. L., 2007. Russia Rebukes Estonia for Removing Soviet Statue. *The New York Times*, 27 de abril. Disponível em <https://www.nytimes.com/2007/04/27/world/europe/27cnd-estonia.html>.
- Nova, s.d. *The Instructions of Catherine II to the Legislative Commission*. Disponível em <http://novaonline.nvcc.edu/eli/evans/his241/Documents/Nakaz.pdf>.
- Ostrovsky, A., 2015. *The Invention of Russia: From Gorbachev's Freedom to Putin's War*. New York: Viking.
- van der Oye, D. S., 2010. *Russian Orientalism: Asia in the Russian Mind from Peter the Great to the Emigration*. New Haven: Yale University Press.
- Perkins, M. A., 2004. *Christendom and European Identity: The Legacy of a Grand Narrative since 1789*. Berlin: De Gruyter.

- Pifer, S., 2014. Did NATO Promise Not to Enlarge? Gorbachev Says No. *Brookings Up Front*, 6 de novembro. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/up-front/2014/11/06/did-nato-promise-not-to-enlarge-gorbachev-says-no/>.
- Plokhyy, S., 2015. *The Gates of Europe: A History of Ukraine*. New York: Basic Books.
- Politkovskaya, A., 2007. *A Small Corner of Hell: Dispatches from Chechnya*. Chicago: University of Chicago Press.
- Politkovskaya, A., 2001. *A Dirty War: A Russian Reporter in Chechnya*. London: Harvill Press.
- Przeworski, A., 1991. *Democracy and the Market: Political and Economic Reform in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Putin, V., 2018. Presidential Address to the Federal Assembly, 1 March. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/56957>.
- Putin, V., 2014. Address by President of the Russian Federation, 18 March. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603>.
- Putin, V., 2013. Meeting of the Valdai International Discussion Club, 19 September. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/19243>.
- Putin, V., 2007. Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy, 10 February. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>.
- Putin, V., 1999. Why We Must Act. *The New York Times*, 14 de novembro. Disponível em <https://www.nytimes.com/1999/11/14/opinion/why-we-must-act.html>.
- Rato, V., 2008a. A herança de Bush. *Relações Internacionais* n°19, pp. 33-53.
- Rato, V., 2008b. À procura da alma de Putin: a Rússia e as eleições americanas. *Relações Internacionais* n°20, pp. 5-16.
- Remnick, D., 1993. *Lenin's Tomb: The Last Days of the Soviet Empire*. New York: Random House.
- Riasanovsky, N. V., 1964. Prince N. S. Trubetskoy's "Europa and Mankind". *Jahrbucher fur Geschichte Osteuropas*, 12(2), pp. 207-220.
- Rotaru, V. e Troncota, M., 2007. Continuity and change in instrumentalizing "The Precedent": How Russia uses Kosovo to legitimize the annexation of Crimea. *Southeast European and Black Sea Studies*, 17(3), pp. 325-345.
- Ruhle, M., 2014. NATO Enlargement and Russia: Discerning Fact from Fiction. *American Foreign Policy Interests*, 36(4), pp. 234-239.
- Rutland, P., 2013. Putin's Path to Power. *Post-Soviet Affairs*, 16(4), pp. 313-354.
- Ruus, K., 2008. Cyber War I: Estonia Attacked from Russia. *European Affairs*, 9(1-2). Disponível em <https://www.europeaninstitute.org/index.php/42-european-affairs/winters-pring-2008/67-cyber-war-i-estonia-attacked-from-russia>.
- Sakwa, R., 2015. *Frontline Ukraine: Crisis in the Borderlands*. London: I. B. Tauris.

- Sakwa, R., 2014. *Putin and the Oligarchs: The Khodorkovsky-Yukos Affair*. London: I. B. Tauris
- Sarkisyanz, E., 1954. Russian Attitudes toward Asia. *The Russian Review*, 13(4), pp. 245-25.
- Sestanovich, S., 2008. What Has Moscow Done?. *Foreign Affairs*, 87(6), pp. 16-24.
- Shapiro, M., 1994. Solzhenitsyn Returns to New Russia. *The Washington Post*, 28 de maio. Disponível em https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1994/05/28/solzhenitsyn-returns-to-new-russia/6bf1f24c-c7f1-41a4-872d-daa5926c031d/?utm_term=.5d3bf8a75664.
- Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy*. Junho de 2016. Disponível em https://eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf.
- Shekhovtsov, A., 2017. *Russia and the Western Far Right: Tango Noir*. New York: Routledge.
- Sixsmith, M., 2010. *Putin's Oil: The Yukos Affair and the Struggle for Russia*. London: Continuum.
- Snetkov, A., 2015. *Russia's Security Policy under Putin: A critical perspective*. New York: Routledge.
- Solzhenitsyn, A., 1980. *The Mortal Danger*. New York: Harper & Row.
- Solzhenitsyn, A., 1978. The Exhausted West. *Harvard Magazine*, July/August. Disponível em https://harvardmagazine.com/sites/default/files/1978_Alexander_Solzhenitsyn.pdf.
- Solzhenitsyn, A., 1976. *Warning to the West*. New York: Farrar, Straus, and Giroux.
- Solzhenitsyn, A. et al., 1975. *From Under the Rubble*. Boston: Little Brown.
- Steil, B., 2018. Russia's Clash with the West is About Geography, Not Ideology. *Foreign Policy*, 12 de fevereiro, disponível em <http://foreignpolicy.com/2018/02/12/russias-clash-with-the-west-is-about-geography-not-ideology/>.
- Sutela, P., 2012. *The Political Economy of Putin's Russia*. New York: Routledge.
- The White House, 2017. *National Security Strategy of the United States of America*. The White House. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.
- Toal, G., 2017. *Near Abroad: Putin, the West, and the Contest over Ukraine and the Caucasus*. Oxford: Oxford University Press.
- Tran, M., 1999. "I'm not going to start Third World War for you", Jackson told Clark. *The Guardian*, 2 de agosto. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/1999/aug/02/balkans3>.
- Trenin, D., 2016. *Should We Fear Russia?*. Cambridge: Polity Press.
- Tsygankov, A., 2016. Crafting the State-Civilization Vladimir Putin's Turn to Distinct Values. *Problems of Post-Communism*, 63(3), pp. 146-158.

- Viana, V. R.; Gaspar, C. e Pinto, A. S., 2016. Reflexões sobre a Nova Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança. Instituto da Defesa Nacional, *Policy Paper* n° 8. Disponível em http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/PolicyPaper8_CarlosGaspar_AnaSantosPinto.pdf.
- Vorobiov, I., 2015. Surprise! Ukraine Loves NATO. *Foreign Policy*, 13 de Agosto. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2015/08/13/surprise-ukraine-loves-nato/>.
- Vymyatnina, Y. e Antonova, D., 2014. *Creating a Eurasian Union: Economic Integration of the Former Soviet Republics*. New York: Palgrave Macmillan.
- Yelstin, B., 1999. Statement by Boris Yeltsin, 31 December. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24080>.
- Walsh, N. P., 2004. Adzharian leader flees Georgia, says president. *The Guardian*, 6 de maio. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2004/may/06/georgia.nickpatonwalsh>.
- Walsh, N. P., 2004. Putin's Kiev visit timed to influence Ukraine poll. *The Guardian*, 27 de outubro. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2004/oct/27/ukraine.russia>.
- Williams, D., 1998. Solzhenitsyn Snubs Honor from Yeltsin. *The Washington Post*, 12 de dezembro. Disponível em https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1998/12/12/solzhenitsyn-snubs-honor-from-yeltsin/23909241-679b-48bd-8055-31c78d81a13d/?noredirect=on&utm_term=.0dd4f019cd81.
- Wilson, A., 2014. *Ukraine Crisis: What it means for the West*. New Haven: Yale University Press.
- Wilson, A., 2006. *Ukraine's Orange Revolution*. New Haven: Yale University Press.
- Wines, M., 2000. Putin retains Soviet discipline while steering toward reform. *The New York Times*, 20 de fevereiro, p. 1 e p. 12.
- Wörner, M., 1990. The Atlantic Alliance and European Security in the 1990's. *NATO Online Library*, 17 de maio. Disponível em https://www.nato.int/docu/speech/1990/s900517a_e.htm.
- Wood, A., 2018. *Putin and Russia in 2018-24: What Next?*. Chatham House: The Royal Institute of International Relations, Russia and Eurasia Programme, março de 2018. Disponível em <https://www.chathamhouse.org/research/publications/putin-and-russia-2018-24-what-next>.
- Zelikow, P., 1995. NATO Expansion Wasn't Ruled Out. *International Herald Tribune*, 10 de Agosto, p. 8.
- Zverev, A., 1998. "Qualified Sovereignty: The Tatarstan Model for Resolving Conflicting Loyalties". In: M. Waller, B. Coppieters e A. Malashenko (eds.), *Conflicting Loyalties and the State in Post-Soviet Russia and Eurasia*. London: Frank Cass, pp. 118-144.
- Zygar, M., 2016. *All the Kremlin's Men: Inside the Court of Vladimir Putin*. New York: Public Affairs.